

Divinópolis/MG, 13 de Abril de 2018

SINTRAM ACOMPANHA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA PREFEITURA DE BAMBUÍ

O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) está acompanhando a reorganização administrativa que vai promover uma revisão na estrutura da prefeitura de Bambuí. A reorganização é fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre o município e o Ministério Público Estadual e tem como objetivo corrigir algumas distorções detectadas pelo MP. O Sintram vem trabalhando juntamente com o governo do município e os servidores desde o ano passado, com o objetivo de defender os interesses do funcionalismo e para que o novo organograma da prefeitura firmado com o MP garanta os direitos da categoria. O resultado final do trabalho também proporcionará a atualização de tabelas de progressão funcional do quadro de pessoal da estrutura administrativa da prefeitura.

O dirigente sindical, João Madeira, participou da primeira reunião da Comissão Especial para Estudo de Leis e Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) ocorrida na semana passada. Além do prefeito Olívio José Teixeira (PSB), do presidente da Câmara Municipal, Luciano Cardoso Gontijo (PPS) e do representante do Sintram, João Madeira, também participaram da reunião os demais integrantes da Comissão, Luciene dos Reis Sousa, Denise Diamante e Emilene Gisele Matos, além da consultora Geneci Martins.

A presidente do Sintram, Luciana Santos, destaca a participação do Sindicato nesse



processo. “O Sintram está participando ativamente dessa reorganização administrativa na cidade de Bambuí, como o legítimo representante dos servidores. A nova legislação tem o aval do Sindicato, pois preserva direitos da categoria e está dentro das possibilidades da prefeitura. O que queremos é que o servidor não sofra nenhum tipo de prejuízo e que a futura legislação dê a garantia necessária para que a classe possa desempenhar suas atividades com segurança”, afirmou a presidente.

PROJETO PRONTO

A reunião ocorrida na semana passada teve como objetivo finalizar e aprovar a minuta do Projeto de Lei Complementar (PLC) elaborado pelo Executivo e que será encaminhado à Câmara Municipal. A proposta, que teve a participação do Sintram para garantir os direitos dos trabalhadores, será enviada individualmente aos vereadores para que seja feita uma avaliação inicial pelo

Legislativo e depois será encaminhada em definitivo na forma de PLC para ser apreciada pelo plenário. O projeto acaba com a estrutura administrativa atual, conforme explicou Geneci Martins.

De acordo com a proposta, que ainda deverá passar por nova avaliação, a prefeitura de Bambuí terá nove secretarias e os cargos de procurador e controlador terão status de secretário. A prefeitura passará a ter 68 cargos de livre nomeação, sendo um procurador, um controlador, um secretário adjunto, um superintendente da Previban (Previdência Municipal), 22 gerentes, 30 chefes de setor e três coordenadores.

Na última quarta-feira (11) novo encontro em Bambuí serviu para apresentar a Fundação CEFETMinas como uma das candidatas à realização do concurso público na cidade. Segundo João Madeira, o concurso faz parte do TAC firmado entre a prefeitura da cidade e o MP. “Há muito anos não há concurso na cidade. A realização do concurso é uma exigência do MP e a Fundação CEFETMinas foi apresentada como uma das possíveis empresas que vai organizar o certame”, concluiu o dirigente sindical.

(**Matéria Sintram**)

COMISSÃO DE SERVIDORES QUE ATUARÁ NA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO EM BOM DESPACHO

Em atenção a pedido formulado pelos servidores municipais de Bom Despacho, o **INFORMATIVO SINTRAM** republica hoje (13) a Comissão para a elaboração dos Planos de Cargos das Carreiras dos Servidores Públicos do Município de Bom Despacho.

O prefeito Fernando Cabral (PPS) dividiu a Comissão em subcomissões, que ficaram assim formadas. Subcomissão de Atualização do Plano de Carreira do Magistério; de Criação do Plano de Carreira dos servidores da Saúde; de Atualização e Compatibilização do Plano de Carreira dos Servidores do regime geral; de Criação do Plano de Carreira para os servidores enquadrados na Lei nº 1.280; de 5 de junho de 1991, de Harmonização com as leis nº 1.313; de 19 de novembro de 1991 e nº 1.280, de 5 de junho de 1991; e Subcomissão de Harmonização dos Planos de Carreira com o Plano de Previdência do Regime Próprio dos Servidores Municipais de Bom Despacho.

MEMBROS

Veja como ficaram as subcomissões, compostas por representantes do governo e dos servidores públicos:

Subcomissão de Atualização do Plano de Carreira: Carlos Alberto Luiz Silva, Geisiane de Azevedo Peres Sousa Resende, Marisa Elaine Couto Mendonça, Murilo Machado Franco, Noemes Aparecida dos Santos, Pedro Ivo Castro da Costa e Rodrigo Rodrigues Borato.

Subcomissão de Criação do Plano de Carreira dos servidores do Magistério: Ediane Costa Barbosa, Gislene Rodrigues Lopes, Heloísa Helena de Faria e Silva, Milene Moraes da Silva Couto e Rita Denisia dos Santos Domingos.

Subcomissão de Atualização e Compatibilização do Plano de Carreira dos Servidores regidos pelas Leis nº 2.349, 2.350, 2.351 e 2.352 de 2013: Camila de Faria Toledo Monteiro, Lívia Cristina Costa, Matheus Dias Soares, Michelli Aparecida da Silveira, Renata Alves da Silva e Vanessa de Lima Carvalho.

Subcomissão de Criação do Plano de Carreira para os servidores não enquadrados nas situações previstas nas leis citadas na subcomissão:

Eduardo Ambrósio da Silva, Grazielle Guimarães Borges Vieira, José Ascânio Silva e Liomar Rogério Luzia.

Subcomissão de Harmonização dos Planos de Carreira com o Plano de Previdência do Regime Próprio dos Servidores Municipais de Bom Despacho:

Antônia Helena Tavares Castro, Antônio Célio de Andrade, Célia Silva, Emília de Fátima Carneiro Braz, Helenita Rosa Gontijo Mesquita José Adélio da Silva

A Subcomissão de harmonização com as leis nº 1.313, de 19 de novembro de 1991 e nº 1.280, de 5 de junho de 1991 (SHE) será formada por um representante de cada uma das subcomissões.

(Matéria Sintram)

GOVERNO PROPÕE SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 1.002 PARA 2019

Pela primeira vez, o valor do salário mínimo ultrapassará R\$ 1 mil. O governo propôs salário mínimo de R\$ 1.002 para o próximo ano, o que representa alta de 5% em relação ao atual (R\$ 954). O valor consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, apresentado nesta quinta-feira (12) pelos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia.

Em 2019, a fórmula atual de reajuste será aplicada pela última vez. Pela regra, o mínimo deve ser corrigido pela inflação do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) de dois anos anteriores.

Em 2017, o PIB cresceu 1%. Para a estimativa de inflação, o governo considerou a previsão de 4% para o índice de inflação que consta do Boletim Focus, pesquisa com



mais de 100 instituições financeiras divulgada toda semana pelo Banco Central.

A LDO define os parâmetros e as metas fiscais para a elaboração do Orçamento do ano seguinte. Pela legislação, o governo deve enviar o projeto até 15 de abril de cada ano. Caso o Congresso não consiga aprovar a LDO até o fim do semestre, o projeto passa a trancar a pauta.

Fonte: Agência Brasil

EMPRESÁRIA CONFESSA EM VÍDEO QUE RECEBEU DINHEIRO PARA CAMPANHA DO PRESIDENTE DO SENADO

Alvo da Operação Tira-Teima, deflagrada pela Polícia Federal na última terça-feira (10), a empresária Maurenízia Dias Andrade Alves, dona de um instituto em Salvador, confessou ter recebido dinheiro para a campanha do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), em 2014. Naquele pleito, o emedebista tentou se eleger

governador do Ceará, mas não conseguiu e retornou ao Senado. A confissão consta de um vídeo gravado por Maurenizia e veiculado no site da revista Veja nesta quinta-feira (12). Investigadores suspeitam que Eunício, alvo da Operação Lava Jato, cometeu os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

No vídeo, a dona do Instituto Campus admitiu que, por solicitação de seu marido – Paulo Alves, marqueteiro da campanha de Eunício em 2014 – recebeu dinheiro da Hypermarcas, da JBS e da M. Dias Branco, líder na venda de biscoitos, sem ter prestado qualquer serviço para as corporações. Segundo a reportagem, as duas primeiras já confessaram ao Ministério Público a prática criminosa. “A fabricante de biscoitos foi alvo de buscas e apreensões realizadas pela Polícia Federal nessa terça-feira, 10”, acrescenta a revista.



“Em maio de 2013, o então senador do Ceará Eunício Oliveira, atual presidente do Congresso, prestou uma homenagem à M. Dias Branco, líder de vendas de biscoitos no país. Num discurso no Senado, o parlamentar do MDB lembrou que, aos 14 anos de idade, trabalhou na companhia cearense, ‘grande destaque na fabricação de alimentos e hoje sinônimo de sucesso em atividades distintas’. O laço entre o político e a empresa entrou na mira da Polícia Federal na última terça-feira, 10, com a deflagração da Operação ‘Tira-Teima’. A ação teve como objetivo apurar o caminho dos recursos nebulosos recebidos pela campanha de Eunício ao governo do Ceará em 2014”, registra a publicação.

Por meio da Tira-Teima, a PF investiga se as três empresas repassaram clandestinamente, em troca de favores no Congresso, dinheiro para a campanha do senador em 2014. A M. Dias Branco fez doação oficial, como consta na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), R\$ 400 mil ao grupo do emedebista. Na investigação, destaca-se o envolvimento de uma empresa de segurança mencionada por Maurenizia que tem entre os sócios a Remmo Participações, de Eunício, e Ricardo Lopes Augusto, um sobrinho do senador.

“Independentemente dessas questões referentes à Hypermarcas, o Instituto Campus, em 2014, recebeu também 250 000 da empresa Dias Branco, 250 000 da empresa Corpvs Segurança e mais dois milhões de reais da empresa JBS [...] que não houve, até o momento, nenhuma prestação de serviço para qualquer dessas três empresas acima mencionadas e foram feitas

apenas os recebimentos sem os serviços correspondentes. No caso das empresas Dias Branco e Corpvs, houve o recebimento e a emissão das notas fiscais, mas não a formalização de contrato”, declarou a empresária.

Ainda segundo a reportagem, assinada por Thiago Bronzatto, o ex-diretor da Hypermarcas Nelson Mello disse em delação premiada que foi procurado por Ricardo Lopes Augusto, presidente da Confederal – empresa de segurança privada que também é de Eunício –, para que desse auxílio financeiro à campanha do senador. Segundo o delator, ficou acertado nesse encontro que a Hypermarcas reservaria R\$ 5 milhões para tentar eleger Eunício governador do Ceará.

“Uma parte desses recursos foi destinada a bancar ‘despesas de empresas que prestavam serviços à campanha de Eunício Oliveira’ por meio de ‘contratos fictícios’. As empresas Instituto Campus, de Maurenizia, e a Confirma Comunicação e Estratégia, de Paulo Alves, receberam 3,35 milhões de reais. O restante foi desembolsado pela Hypermarcas a partir de uma nota fiscal emitida no valor de 1,65 milhões de reais apresentada pela Confederal, de Eunício – que, após o caso vir à tona, quis devolver o dinheiro”, acrescenta a reportagem.

Rede nacional

O Jornal Nacional (TV Globo) também veiculou nesta quinta-feira (12) reportagem com a informação de que, ouvidos pela PF, “empresários confessaram ter recebido dinheiro irregularmente, por meio de contratos fictícios” durante a campanha de Eunício. Com menção ao vídeo obtido por Veja, o telejornal lembra que o senador responde, nesse caso, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na menção ao vídeo de Maurenizia Alves, o telejornal diz que a empresária admitiu a

formalização de contratos com quatro empresas, pelo menos, e que o objetivo era justamente receber por serviços a Eunício no pleito de 2014. “Essa seria a forma viável de que Paulo Alves recebesse naquele momento pelo trabalho que ele vinha executando para a campanha de Eunício Oliveira”, acrescenta a investigada.

“O inquérito [que envolve Eunício] foi aberto a partir da delação de Nelson Melo, ex-diretor de Relações Institucionais da Hypermarcas, hoje, Hypera Pharma. [...] O sobrinho de Eunício, Ricardo Lopes Augusto, também foi ouvido. Ele admitiu que a Confederal, uma empresa que já pertenceu a ele, fez um contrato com a Hypermarcas – e que esse contrato foi pago, mas que ele recebeu sem nunca ter prestado o serviço. A empresa do sobrinho de Eunício fez muitas doações à campanha dele em 2014”, relata a repórter Camila Bomfim.

Doação empresarial

Por meio de sua assessoria de imprensa, Eunício diz que “as contas da campanha do PMDB ao governo do Ceará em 2014 foram aprovadas pela Justiça Eleitoral e que todas as empresas citadas doaram legitimamente para o PMDB naquele ano, pois a legislação assim permitia na época”.

Já a M. Dias Branco admite ter sido alvo de buscas e apreensões e acrescenta que “tem colaborado com as autoridades”. No entanto, a empresa nega ter efetuado pagamentos ao Instituto Campus, de Maurenizia Dias.

Também por meio de nota, a Hypermarcas/Hypera Pharma confirma a realização de diligências da PF em seu escritório em São Paulo, e diz as buscas se prestaram à coleta de “documentos relacionados à colaboração [delação premiada]” de Nelson Mello. Nesse sentido, a companhia diz que não foi beneficiada por “quaisquer atos praticados” por seu ex-executivo.

Controladora da JBS, a J&F afirmou que os delatores do grupo já relataram à Justiça tudo o que sabiam em relação ao assunto, e que continuam à disposição dos investigadores. Por sua vez, a Corpvvs Segurança preferiu não comentar a investigação.

Fonte: Congresso em Foco

SUPREMO NEGA PEDIDO DE HABEAS CORPUS DE PALOCCI

Por 7 votos a 4, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram nesta quinta-feira (12) negar o pedido de liberdade protocolado pela defesa do ex-ministro Antônio Palocci, preso desde setembro de 2016 na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, devido às investigações da Operação Lava Jato.

No ano passado, Palocci foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a 12 anos, dois meses e 20 dias de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um dos processos a que responde no âmbito da Lava Jato.

A maioria de votos foi formada com base no voto do relator, proferido na sessão de quarta-feira (11). Fachin entendeu que há risco para a ordem pública, caso o ex-ministro seja libertado. Para o ministro, Palocci ainda tem influência e parte dos



recursos que foram desviados ainda não foi recuperado. "Esse cenário revela periculosidade concreta do agente, circunstância que evidencia fundado receio de práticas de futuras infrações", entendeu o relator.

O entendimento foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Rosa Weber, Celso de Mello e Cármen

Lúcia. Votaram a favor da liberdade de Palocci os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Última a votar, a presidente do STF, Cármen Lúcia, também acompanhou a maioria e entendeu que a decisão de Moro, ao manter a prisão de Palocci, levou em conta que não era possível substituir o cárcere por medidas cautelares, em função do risco de reiteração dos crimes."O ministro Fachin demonstrou que nada havia de desarrazoado [na sentença], porque o transcurso [do processo] se fazia da maneira razoável, pertinente e necessária. Não havia reconhecimento de excesso de prazo", afirmou.

De acordo com as investigações, a empreiteira Odebrecht tinha uma espécie de "conta-corrente de propina" com o PT, partido do ex-ministro. De acordo com os investigadores, a conta era gerida por Palocci, e os pagamentos a ele eram feitos por meio do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht – responsável pelo pagamento de propina a políticos – em troca de benefícios indevidos na Petrobras.

No STF, a defesa de Palocci alegou que o caso deveria ser julgado pela Segunda Turma da Corte, e não pelo plenário. Além disso, os advogados criticaram o "uso da prisão preventiva como forma ilegal de antecipação de pena".

Fonte: Agência Brasil

MEDIDA PROVISÓRIA CRIA 67 CARGOS E FUNÇÕES PARA O GABINETE DE INTERVENÇÃO NO RIO

O governo federal editou nesta quinta-feira (12) a Medida Provisória (MP) 826/2018, que cria o cargo de Interventor Federal no Rio de Janeiro na estrutura do Poder Executivo. A MP cria também 38 cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e 28 funções comissionadas para integrarem o Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.



A medida condiciona a criação e o provimento dos cargos e funções à expressa autorização física e financeira no Orçamento da União. A MP estabelece ainda que os 67 cargos e funções a serem criados estarão totalmente extintos até 30 de junho de 2019.

Depois de analisada por uma comissão mista de deputados e senadores, a ser criada, a MP seguirá para os plenários da Câmara e do Senado.

Gratificação

Conforme a MP 826, militares da ativa que atuarem no gabinete de intervenção no Rio de Janeiro terão direito à gratificação de representação, no valor de 2% do soldo por dia.

O pagamento da gratificação não é acumulável com outras previstas na legislação específica e não será incorporada à remuneração do militar, nem considerada para efeitos de cálculo de férias, adicional de férias, adicional-natalino ou outras parcelas remuneratórias. **(Agência Senado)**